

A DINÂMICA MIGRATÓRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DAS TENDÊNCIAS DE “ORIGEM” E “DESTINO” NO PERÍODO RECENTE¹

José Márcio dos Santos

Mestre em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).
Professor Assistente do Departamento de Economia da Universidade
Regional do Cariri (URCA). E-mail: jmarcio.santos@hotmail.com

Silvana Queiroz Nunes

Doutora em Demografia pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA). Coordenadora do Observatório das Migrações no Estado do Ceará. E-mail: silvanaqueirozce@yahoo.com.br

RESUMO

A dinâmica da economia brasileira contemporânea tem imposto modificações nas migrações internas do Brasil, revertendo antigas tendências. Dentro deste contexto, o objetivo do trabalho é analisar a dinâmica migratória do estado de Pernambuco no período recente, considerando o período de 1986 a 2010, ressaltando as origens e os destinos dos envolvidos nesse processo. A metodologia empregada consiste na mensuração do Saldo Migratório, Índice de Reposição Populacional (IRP), Índice de Eficácia Migratória (IEM) e dos valores relativos à migração interestadual de retorno, calculados a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, precisamente para os quinquênios 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010, a partir do quesito data fixa. Os resultados indicam que, durante os três períodos em estudo, o estado de Pernambuco reduz de maneira contínua o saldo migratório negativo, com tendência a se converter em área de rotatividade migratória. Com relação à origem e o destino dos migrantes, identificou-se que a região Sudeste e o estado de São Paulo são as principais portas de entrada e de saída. Além disso, essas duas áreas foram identificadas como importantes polos de origem dos imigrantes que retornaram para Pernambuco.

PALAVRAS-CHAVE: Demografia Econômica. Migrações Internas. Economia Pernambucana

1. Para citar este artigo: SANTOS, José Márcio dos; NUNES, Silvana Queiroz. A dinâmica migratória do estado de Pernambuco: considerações a partir das tendências de “origem” e “destino” no período recente. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v.31, n. 1, p. 01-32, jan/jun, 2016. Disponível em: < <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>>. Acesso em: dia mês, ano.

Este estudo faz parte do projeto “Observatório das Migrações no Estado do Ceará”, em andamento no Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA), com o auxílio financeiro do CNPq.

ABSTRACT

The dynamics of contemporary Brazilian economy have provided changes in patterns of internal migration in Brazil, reversing former trends. Within this context, the aim of this paper is to analyze the migratory dynamics of Pernambuco state in recent times, considering the periods 1986 to 2010, emphasizing the origins and destinations of migrants involved. The methodology applied has consisted in measuring of the Migratory Balance, Population Replacement Index, Migratory Effectiveness Index and values referring to interstate migration of return, calculated by microdata of the Censuses Demographics of 1991, 2000 and 2010, precisely for five-year periods from 1986/1991, 1995/2000 and 2005/2010 by fixed date criterion. The results indicate that during the three periods studied, Pernambuco reduces continuously your negative migration balance, with a tendency to turn into migratory turnover area. Regarding origin and destination of migrants, it was identified the Southeast region and the Sao Paulo state as input and output main ports. In addition, these two areas were identified as the major poles of origin of immigrants that returned to Pernambuco.

KEYWORDS: *Economic Demography. Internal Migration. Economics of Pernambuco state.*

RESUMEN

La dinámica de la economía brasileña contemporánea han impuesto cambios em los patrones de migración interna en Brasil, y reverte las tendencias antiguas. Dentro de este contexto, el objetivo de este estudio es analizar las dinámicas migratorias del estado de Pernambuco, en el período reciente, teniendo en cuenta el período de 1980 hasta 2010, destacando los orígenes y destinos de los involucrados. La metodología consiste en medir el saldo migratorio, Índice de Reposición de Población (IRP), el Índice de Efectividad de Migración (IEM) y Migración Tasa Neta (NET), calculada a partir de los microdatos del Censo Demográfico 1991, 2000 y 2010, precisamente por períodos de cinco años: 1986/1991, 1995/2000 y 2005/2010. Los resultados indican que durante los tres períodos estudiados, el estado de Pernambuco reduce la población de las pérdidas netas, y se convierte en zona de rotación migratoria. Con respecto al origen y destino de los migrantes, Pernambuco presenta origen y destino fluye com la região Sudeste y el estado de São Paulo. Por otra parte, estas dos áreas se han identificado como los principales polos de origen de los retorno de inmigrantes al estado de Pernambuco.

PALABRAS CLAVE: *Demografía económica. Migración interna. Economía de Pernambuco*

INTRODUÇÃO

Durante a primeira metade do século XX, a estrutura produtiva nacional mantinha-se praticamente inalterada, com a concentração e o desenvolvimento das atividades industriais na região Sudeste, enquanto as demais regiões brasileiras apresentavam manifestações industriais centradas apenas em algumas poucas iniciativas, que culminaram em uma tímida difusão produtiva sobre o território nacional. Desta forma, com exceção do Sudeste, as demais regiões geográficas do país possuíam economias de caráter majoritariamente agrícola (GUIMARÃES NETO, 1989).

A partir da segunda metade do século XX, o Governo Federal inicia um ciclo de investimentos na atividade industrial, como reflexo da estratégia de romper o caráter de economia agrícola, e promover a industrialização no país. Neste contexto, a opção implementada fora a indução dos investimentos no âmbito produtivo através da participação do Estado, direcionados especialmente para o setor industrial. Esta estratégia permitiu a ampliação do capital industrial no país, apesar de concentrado na região Sudeste (LIMA et al, 2010).

Neste período, algumas políticas de incentivos ao desenvolvimento local começaram a ser implantadas no Nordeste no intuito de fortalecer as atividades terciárias e secundárias, oriundas de estratégias decorrentes da implementação de órgãos federais para esta região, como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), dentre outros. Tais estratégias focaram, especialmente, a implantação e o desenvolvimento da atividade industrial como forma de promover o crescimento econômico regional (LIMA et al, 2010).

Nesse contexto, conforme Gomes e Virgulino (1995), entre 1965 até 1990, a participação do setor agrícola na formação do PIB nordestino caiu de 29,1% para 14,4%, enquanto o setor industrial e de serviços aumentavam seus níveis de participação, sendo uma elevação de 23,1% para 28,2% na indústria e de 47,8% para 57,4% no setor de serviços. Este fenômeno trouxe como consequências profundas modificações no arranjo demográfico da região Nordeste.

A expansão das atividades secundária e terciária em detrimento da agricultura promoveu um ciclo de urbanização intenso, refletindo numa expansão das regiões metropolitanas nordestinas como resultado da migração rural-urbana. Segundo Fusco (2012), as Regiões Metropolitanas tiveram papel importante ao absolver parcela da população rural e do interior dos

estados, mas devido à intensidade do processo urbano, mostraram-se limitadas para acatar o conjunto total da população. Desta forma, estes grupos passam a se direcionar para outras regiões geográficas, especialmente o Sudeste, em busca de novas alternativas nos núcleos urbanos do Centro-Sul.

Brito (2006) ressalta que a acentuada concentração espacial do desenvolvimento da economia brasileira, caracterizada especialmente pela industrialização no eixo Rio-São Paulo, aumentou os desequilíbrios regionais e sociais existentes, contribuindo para a ampliação das migrações internas, que acabariam por refletir em mecanismos que atuariam transferindo a população do campo para as cidades, além de redistribuí-la entre os estados e entre as diferentes regiões do Brasil.

Para Martine (1994), um dos resultados deste direcionamento foi a redução da participação relativa da região Nordeste sobre o total da população nacional. Segundo dados do autor, em 1950, o Nordeste respondia por cerca de 34,64% da população brasileira, declinando para 29,25%, em 1980.

Apesar da contração da população nordestina, as políticas de incentivo adotadas pelos governos federal e estaduais promoveram a modernização da indústria regional, vindo a contribuir para intensificar a dinâmica dos núcleos urbanos nordestinos. Como resultado deste processo, Martine (1994) aponta que o nível de urbanização da região Nordeste atingia o valor de 50,46% em 1980. Contudo, este comportamento não se mostrou uniforme, dado que estados menores mantiveram sua histórica vocação agrícola e apresentaram índices de urbanização menores, ao passo que estados que dinamizaram sua economia através de iniciativas modernizantes atingiram índices de urbanização maiores. Neste contexto, o autor destaca o comportamento apresentado pelo estado de Pernambuco, que obteve um nível de urbanização de 61,6%, o maior dentre os estados nordestinos no período. Além disso, essa Unidade da Federação apresentou taxa de crescimento da população urbana (2,65%), entre 1980-1991, superior à média nacional. Assim, pode-se deduzir que a parcela da população do estado se dirigiu para outros centros econômicos, objetivando a busca de trabalho e melhores salários.

Tal dinâmica impôs ao Pernambuco a condição de perdedor de mão de obra/população, devidos aos constantes saldos migratórios negativos. Porém, ainda na década de 1980, um novo cenário econômico passa a se formar, vindo a impactar na dinâmica migratória nacional. Os grandes centros urbanos, especialmente aqueles localizados no Centro-Sul, passam a apresentar sinais de redução da sua capacidade de atração de imigrantes, perdendo população para as regiões outrora conhecidas como periféricas. Tal dinâmica está associada de forma direta à desconcentração industrial,

à contraurbanização, à interiorização progressiva, a crise econômica dos anos 1980 e a queda na taxa de fecundidade (MARTINE, 1994).

Brito e Souza (2006) ratificam que na década seguinte, as emigrações intrametropolitanas das áreas do Centro-Sul estiveram em patamar superior às imigrações, fazendo com que essas regiões apresentassem saldos migratórios negativos, evidenciando a existência de uma forte evasão populacional do centro para as regiões da periferia. Desta forma, desenha-se um novo cenário migratório, baseado na delimitação de novos fluxos e na consolidação de novas/outras regiões de atração de população.

Como reflexo deste processo, Queiroz e Santos (2011) apontam para a tendência das regiões centrais do país perderem contingentes populacionais para regiões periféricas, onde essas regiões, outrora caracterizadas como expulsoras de mão de obra, vêm apresentando maior capacidade de atração, refletidos na melhoria dos seus saldos migratórios. Neste novo cenário migratório, a região Nordeste tem apresentado expressivos resultados no que tange a redução das saídas e maior número de entradas de imigrantes, sobretudo de retorno. Tais autores ratificam que este processo se dá especialmente pela maior capacidade de crescimento de alguns estados nordestinos têm apresentado no período recente.

Segundo Leroy e Santos (2008), o estado de Pernambuco se constitui na segunda maior economia da região Nordeste, possuindo grande capacidade de exercer influência sobre as demais economias da região. Desta forma, dado sua expressão econômica, surge o questionamento acerca do comportamento da dinâmica migratória apresentada por Pernambuco no período recente.

Dentro deste contexto, o presente artigo tem por objetivo analisar a dinâmica migratória do estado de Pernambuco durante o período de 1986 a 2010, enfatizando as tendências de origens e destinos dos envolvidos nas migrações pernambucanas. A metodologia empregada consiste na mensuração do Saldo Migratório, Índice de Reposição Populacional (IRP) e Índice de Eficácia Migratória (IEM), calculados a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, precisamente para os quinquênios de 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010, a partir do quesito data fixa.

A temática é justificada pela importância que a migração possui como elemento ativo na formação da população local, ao mesmo tempo em que age no sentido de proporcionar a ampliação da mão de obra existente de uma dada região. Identificar os destinos e origens permite estabelecer o direcionamento dos fluxos populacionais, contribuindo para a mensuração da intensidade das causas e efeitos presentes neste fenômeno. Além disto, a capacidade de atrair ou expulsar migrantes permite avaliar o grau ou

condição da economia local, sendo um expressivo indicador da conjuntura econômica local.

Além desta introdução, o presente trabalho apresenta outras três partes. Na segunda parte, será abordada a dinâmica econômica do estado de Pernambuco no período recente. Na terceira, será apresentada a metodologia empregada no trabalho. Na quarta parte, serão apresentados os resultados obtidos. Por fim, serão feitas as considerações finais acerca do estudo realizado.

Economia brasileira e pernambucana durante as décadas de 1980, 1990 e 2000: uma breve contextualização

Durante séculos, a dinâmica econômica da região Nordeste esteve fortemente relacionada às atividades primárias, e com baixo índice de desenvolvimento industrial. A manutenção histórica desta condição, associadas à baixa produtividade, a ocorrência periódicas de momentos de estiagens, a expansão da fronteira na região Norte, a emigração em direção à Amazônia e a manutenção de precárias relações de produção, incentivou constantes períodos de emigração em direção a outras regiões econômicas – especialmente após o advento da industrialização na região Sudeste e a política de ocupação da Amazônia². Contudo, a tendência de reversão desta situação vem se tornando evidente diante de um ciclo de investimentos na atividade produtiva da região (JUSTO e SILVEIRA NETO, 2010; JUSTO e FERREIRA, 2012).

Inicialmente, este processo ocorre ainda em meados da década de 1960. Em meio à crise econômica do início dos anos de 1960, órgãos estatais direcionados ao desenvolvimento regional passam a atuar como motores dos investimentos locais. No caso da região Nordeste, esta função foi assumida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que passou a conceder uma série de incentivos para investimentos no segmento produtivo da região Nordeste³. Desta forma, assumia-se uma escolha pela

2. Durante o primeiro mandato de Getúlio Vargas ocorrem os primeiros estímulos em prol da ocupação da região; mas o maior fluxo migratório expressivo ocorre durante o período militar, com a concessão de estímulos para os interessados em produzir na região.

3. Esta estratégia culminou com a criação de outros órgãos regionais de fomento e desenvolvimento, como a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), ambas na década de 1960.

industrialização da região, como forma de superar as adversidades locais e torná-la desenvolvida, tal qual havia sido feito na região Sudeste, ainda na década de 1930 (LIMA et al, 2010).

A presença do Estado através destes órgãos assumia uma relevância decisiva na determinação dos investimentos neste período, pois se apresentariam tanto na forma do gasto público direto, como na forma de gasto privado induzido pelas políticas de estímulo. Em relação a esse último ponto, deve-se enfatizar que essa indução passava pela concessão de benefícios fiscais e também pela seletividade dos setores ou projetos sob os quais seriam realizadas as inversões. Neste contexto, houve a atração de um grande volume de capitais disponíveis oriundos do Sudeste, especialmente o grande capital, que ansiava por oportunidades de inversão que lhes garantisse novamente as condições de reprodução e acumulação que temporariamente não mais se apresentavam nesta região. Como resultado destas ações, tem-se a formação de expressivos polos industriais na região, destacando-se o polo petroquímico de Camaçari, na Bahia; o polo industrial da região metropolitana do Recife, em Pernambuco; e o polo têxtil na região metropolitana de Fortaleza, no Ceará (GOMES, VERGOLINO, 1986).

Estabelecia-se neste momento, o processo de articulação produtiva entre as regiões Sudeste e Nordeste, onde nesta última se desenhava um parque produtivo fundamentado na indústria de transformação e de bens intermediários. Desta forma, em parte, o Nordeste supera a escassez de recursos e de tecnologia ao acolher estes investimentos provenientes do capital de outras regiões, conforme enfatiza Celso Furtado:

Os obstáculos que em outras partes do mundo limitam o processo de modernização – e que se originam na balança de pagamentos e na insuficiente dimensão do mercado interno face às exigências de tecnologia moderna – no Nordeste são contornadas graças à integração industrial com o Centro-Sul (FURTADO, p. 122, 1981).

Contudo, esta fase de investimentos capitaneados pela União e suas autarquias encontra seu esgotamento a partir do início da década de 1980, com o estrangulamento econômico do Estado advindo da crise da dívida. Desta forma, a condução da política de industrialização e, conseqüentemente, de um novo ciclo de investimentos ao segmento produtivo deveria, a partir de então, ser liderado especialmente pelas ações dos governos estaduais – que emergem como agentes empreendedores locais. Nesta nova etapa, a dinâmica econômica regional será vinculada não mais ao desempenho da política

federal, mas aos estímulos e benefícios concedidos na esfera estadual⁴. Diante deste contexto, os principais estados da região irão emergir com políticas próprias que fortaleceram suas economias junto ao cenário nacional, sendo as principais indutoras do processo de expansão das atividades produtivas. Dentro deste escopo, estão inseridas as ações estaduais do governo de Pernambuco, especialmente após da década de 1980 (LIMA et al, 2010).

Grande receptora de incentivos federais desde meados dos anos 1960, a economia pernambucana inicia um ciclo de contração significativo a partir de década de 1980, que iria perdurar até meados da década de 1990. O estado pernambucano que, em 1970, respondia por 25% do PIB (Produto Interno Bruto) da região Nordeste passa a responder por apenas 17% da produção regional, em 1995. Em resumo, a economia pernambucana cresceu menos que a média nacional e nordestina entre 1985-1995 (VASCONCELOS, VERGOLINO, 1999).

Tal dinâmica se deve a redução dos incentivos concedidos pelas esferas federais e, conseqüentemente, pela ausência de políticas estaduais próprias de fomento. Paralelamente, tal redução também é vista como resultado do processo de descentralização regional, pois estados como o Ceará e a Bahia conseguiram atrair maiores volumes de recursos neste período. Diante desta nova conjuntura econômica, Pernambuco inicia sua política de incentivos, em meados da década de 1990 (SANTOS, JUSTO, 2013).

Após lançar diversos programas de benefícios de menor expressão, em 1995, o Estado institui o Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (PRODEPE). Este programa tinha como finalidade promover o desenvolvimento industrial estadual, de forma mais específica naqueles setores produtivos definidos como relevantes e prioritários para a economia local. O mesmo se constituía de uma política de financiamentos via ICMS, que patrocinava uma isenção fiscal referente à parcela destinada ao Estado que variava entre 80 a 100 por cento. Todavia, o valor do incentivo dependia de quatro fatores básicos: a natureza estrutural do projeto, o enquadramento nos setores considerados prioritários, a localização geográfica do empreendimento e a adequação do projeto à política industrial (AMORIM, 2003).

No ano de 1999, o PRODEPE passa por reformulações, mais especificamente na forma de concessão do crédito fiscal, que agora poderia ser feito de forma presumida. Sob o novo modelo de incentivos, as atividades

4. Aqui se enfatiza a posição central que as políticas estaduais assumem na condução dos investimentos regionais, haja vista que elas tinham um papel secundário em períodos anteriores, pois eram suplantadas pelas iniciativas federais.

patrocinadas foram divididas em dois grupos: prioritário e relevante. O destaque maior ficaria no grupo relevante, onde seria alvo de contemplação os setores de agroindústria, metal mecânico, transporte, eletrônica, minerais não metálicos, têxtil e plásticos. Além disso, incluiu o financiamento ao setor de comércio importador atacadista de mercadorias (AMORIM, 2003).

Entretanto, a política industrial de Pernambuco ganhou evidência própria ao patrocinar a expansão das atividades econômicas ligadas diretamente às aglomerações produtivas. A identificação dos aglomerados produtivos feita pelo CONDEPE⁵ possibilitou ao Estado mapear as áreas com potencial econômico para a expansão das atividades locais ali inseridas como política de desenvolvimento regional. Tais regiões passaram a ser contempladas com investimentos a partir do Plano Plurianual de Investimentos de 2000 – 2003. Nele há a clara intenção de promover o adensamento das cadeias e arranjos produtivos locais. Deve-se enfatizar o fato de que parcela destes aglomerados localiza-se em áreas do interior do estado, o que tem proporcionado a formação de emprego e renda nestas áreas distantes da Região Metropolitana do Recife (CAMPOS, 2004).

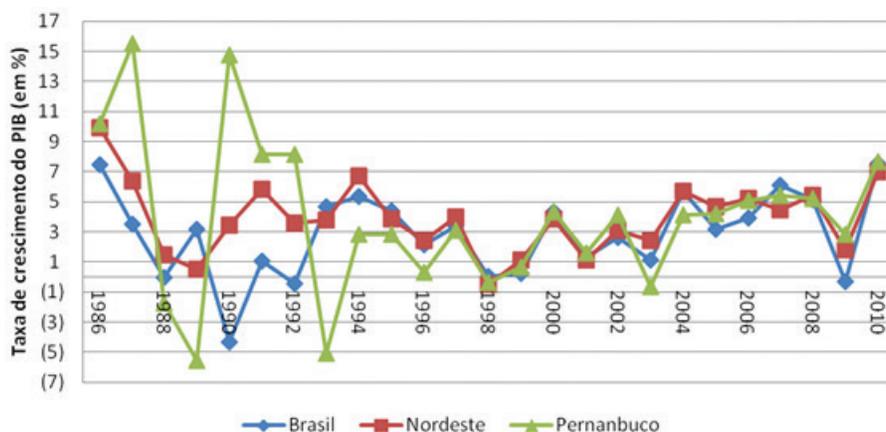
A análise das políticas patrocinadas pelo governo estadual exemplifica, de forma geral, a nova conjuntura de incentivos e benefícios advindos do governo local como forma de promover a dinamização e a ampliação de sua capacidade produtiva e econômica, superando assim, os entraves estruturais que permitiam a saída constante de nordestinos em direção às regiões economicamente mais dinâmicas. As décadas de 1980 e 1990 apresentam-se como marco histórico para as estratégias governamentais locais, representando o início de um ciclo de investimentos no setor industrial neste estado. Ademais, as ações contemporâneas buscam consolidar e fortalecer a estrutura industrial existente, através da ampliação e elevação da base industrial. Desta forma, a instalação da refinaria de Abreu e Lima, a ampliação e modernização do complexo portuário de Suape, a criação do polo automotivo em Goiana, ambas em Pernambuco, dentre outras ações, procuram retomar o ciclo de investimentos no estado, ampliando sua base técnica para a viabilização de novos empreendimentos que ampliem a capacidade de produção local (LIMA et al, 2010; SANTOS e JUSTO, 2013).

O resultado destas políticas tem se dado em ganhos de participação na riqueza gerada nos últimos anos, advindas da elevação substancial do seu

5. CONDEPE (Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco): é uma autarquia da Administração Indireta do Poder Executivo Estadual, que está vinculada institucionalmente à Secretaria de Planejamento e Gestão do estado de Pernambuco.

Produto Interno Bruto. Estes benefícios são frutos dos resultados obtidos pela indústria, que se aprimorou por intermédio da integração entre a agropecuária moderna e o avanço da agroindústria. O crescimento do Produto Interno Bruto estadual e, conseqüentemente, o maior dinamismo tem sido frutos da política de estímulos desenvolvida pelo governo local, intensificando sua ação através da implantação de diversas estratégias focadas nos setores ligados às atividades urbanas, como indústria e serviços. Os resultados destas ações são verificados de forma efetiva ao se analisar a dinâmica da economia pernambucana nas últimas décadas, onde se constata que a mesma cresceu em patamares bem expressivos, chegando a superar a média regional e nacional em determinados momentos, conforme pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Evolução comparativa das taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (1986 – 2010)

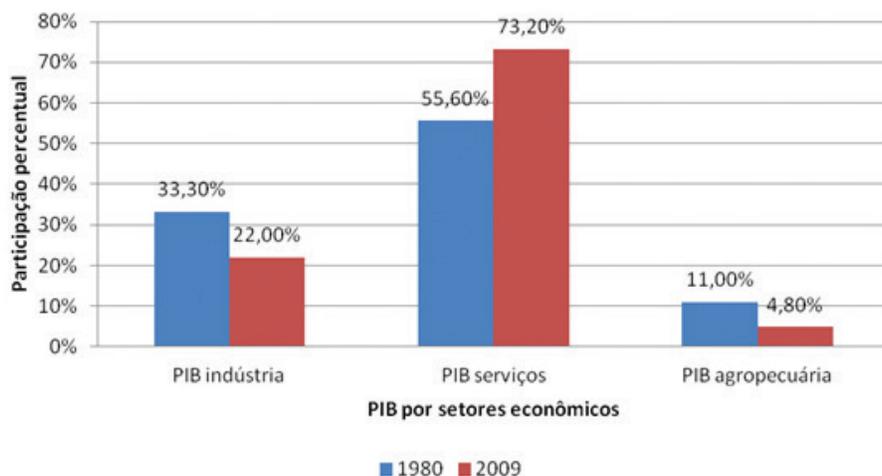


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEA

A análise do gráfico permite atestar o dinamismo apresentado pela economia pernambucana nas décadas recentes. Apesar de inconstância vivida pela economia nacional entre as décadas de 1980 e 1990, a economia pernambucana obteve desempenho satisfatório, chegando a crescer mais que a economia nacional neste período. Entre 1986 a 1995, o crescimento médio do PIB nacional foi de 2,69%, enquanto o PIB pernambucano cresceu a uma média de 9,83%. Contudo, a partir de meados da década de 1990, a economia pernambucana sofre com a concorrência de outros estados, e diminui o seu dinamismo, convergindo em termos de dinâmica com o restante do Nordeste e a média nacional. Na década de 2000, o PIB pernambucano cresce 3,63% ao ano, próximo dos 3,31% apresentados pela média nacional, mas abaixo

dos 3,78% obtidos pelo PIB da região Nordeste. No caso de Pernambuco, esta possível retração pode estar fortemente ligada ao redirecionamento das atividades produtivas, marcadas fortemente pela contração do setor industrial em benefício ao setor terciário, conforme evidencia o Gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2 – Participação setorial na composição do PIB do estado de Pernambuco 1980/2009⁶



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEA

Os dados do Gráfico 2 mostram que no início da década de 1980, o setor de serviços era o mais representativo na composição do PIB do estado, perfazendo um total de 56% do total do valor do PIB. Entretanto, a indústria neste período possuía 33% de participação, enquanto a agropecuária, setor tradicional da economia pernambucana, representava apenas 11%. Contudo, em 2009, evidencia-se uma expressiva contração da participação da agropecuária na composição do PIB pernambucano, com participação de apenas 5% do PIB estadual. Por sua vez, a indústria também apresenta forte redução, chegando a 22% do PIB estadual neste ano. Estes fatores se combinam para justificar a ampliação da participação do setor de serviços na formação do PIB local para 73%.

Esta intensificação do setor de serviços na composição do PIB local acabou por se reverter em alteração na dinâmica de crescimento do emprego, conforme se pode averiguar na Tabela 1 a seguir.

6. Valores relativos ao PIB a preços básicos de 1980 e 2009.

Tabela 1 – Variação percentual do emprego por setores econômicos no estado de Pernambuco: 1985 - 2013

	1985-1995	1995-2005	2005-2013	1985-2013
Extrativa mineral	28,84%	7,99%	66,59%	131,78%
Indústria de transformação	-16,15%	7,63%	49,53%	34,94%
Serviços industriais de utilidade pública	13,66%	-5,24%	33,97%	44,29%
Construção Civil	-7,58%	20,88%	242,1%	282,19%
Comércio	20,48%	78,75%	77,25%	281,73%
Serviços	34,39%	26,69%	84,77%	214,61%
Administração Pública	4,8%	60,27%	24,81%	109,62%
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	238,95%	0,21%	-20,48%	170,09%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MTE

A análise da Tabela 1 mostra que ao longo do período 1985-1995 o setor industrial esteve em forte declínio, com uma redução de 16% neste intervalo. Por sua vez, os setores de extração mineral, comércio e serviços apresentam crescimento relevante, acima da média do estado. Contudo, o destaque é o setor da agropecuária, com um crescimento de 238,95%, entre os anos considerados. Tomando este período como referência, observa-se uma reversão nas tendências de crescimento do emprego dentre os setores da economia pernambucana. Nos períodos futuros analisado, 1995-2005 e 2005-2013, a agropecuária apresenta contração no seu volume de emprego. Já a indústria apresenta crescimento positivo, mas a níveis inferiores ao da média da economia estadual. Já os setores de serviços e comércio apresentam índices expressivos de expansão, especialmente este último setor. Assim, considerando o intervalo de 1985 a 2013, constata-se que o crescimento do emprego nas atividades de comércio e serviços foi praticamente o dobro da média apresentada pela economia do estado com um todo. A agropecuária manteve próxima dos patamares de crescimento médios do emprego local. Contudo, a indústria declinou consideravelmente no período total considerado, crescendo bem abaixo da média estadual.

A constatação destes números mostra que a economia pernambucana segue a tendência nacional ao intensificar a geração de empregos em atividades urbanas, especialmente comércio e serviços, delegando a outras regiões o peso maior para a atividade industrial e agropecuária. Entretanto, o crescimento dessas atividades reflete a capacidade do estado em gerar empregos e proporcionar oportunidades de emprego a mão de obra local e aquela oriunda de seu território. Tais fatos influenciam os resultados

sobre a dinâmica migratória do estado no período recente, conforme será debatido nas seções seguintes.

Material, métodos e conceitos

Para o alcance dos objetivos propostos, as evidências empíricas foram coletadas a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Trabalha-se com o conceito de migrante de *data fixa*. O mesmo é mensurado a partir do quesito do município de residência em data específica, *há exatamente cinco anos antes do levantamento censitário* (1986/1991, 1995/2000, 2005/2010). Ademais, com tal quesito tem-se a possibilidade do cálculo do saldo migratório, que representa a diferença entre imigrantes e emigrantes, resultante do processo migratório entre duas datas fixas. Mede-se, portanto, a participação das migrações no crescimento populacional do período (CARVALHO; RIGOTTI, 1998).

Buscando especificar e aprimorar o conhecimento sobre a dinâmica migratória brasileira e pernambucana, outro recurso metodológico adotado foi a mensuração do Índice de Reposição Populacional (IRP) e do Índice de Eficácia Migratória (IEM). Esse último é uma medida comparativa e permite aferir a capacidade de evasão, atração ou rotatividade migratória da área, a partir do movimento total de entrada e saída de pessoas, minimizando os efeitos do volume da imigração e da emigração (BAENINGER, 1999; IBGE, 2011a).

De acordo com Baeninger (1999; 2012), o IEM possibilita classificar as regiões e estados em áreas de perda, rotatividade e retenção migratória. A autora dividiu o índice em três grupos:

- i) -1,00 a -0,13: área de perda migratória;
- ii) -0,12 a 0,12: área de rotatividade migratória;
- iii) 0,13 a 1,00: área de retenção migratória.

O IEM varia entre -1 a +1. Valores próximos a -1 representa áreas com perda migratória elevada; valores próximos a 1 diz respeito a áreas que retêm a população; valores próximos a 0 (zero), áreas de rotatividade migratória (entradas e saídas de pessoas com volumes semelhantes). Tal indicador é calculado através do quociente entre a migração líquida (I-E) e a migração bruta (I+E), sendo obtido assim:

$$IEM = \frac{(I - E)}{(I + E)} \quad (1)$$

Conforme mencionado acima, o Índice de Reposição Populacional (IRP) é outro indicador adotado. A partir do mesmo mensura-se a capacidade da área/localidade repor a população, a partir da relação entre entradas (Imigração – I) e saídas (Emigração – E) ou de perdas e ganhos populacionais. Este índice é calculado através da razão entre o número de imigrantes pelo número de emigrantes, dado pela seguinte fórmula:

$$IRP = \frac{(I)}{(E)} \quad (2)$$

A análise da migração interestadual de retorno será mensurada em uma única etapa, direto para a Unidade da Federação de nascimento (Pernambuco). Nessa situação não importa se o retorno interestadual foi para o município de nascimento ou município de não nascimento, mas dentro da UF/Pernambuco. Assim, define-se migrante interestadual de retorno (data fixa) – o indivíduo natural do Pernambuco, com cinco anos ou mais de idade, que na data de referência do Censo Demográfico residia no estado, mas em uma data fixa (exatamente cinco anos antes do recenseamento) morava em outra Unidade da Federação.

ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS: O ESTADO DE PERNAMBUCO NO CONTEXTO DA MIGRAÇÃO INTERESTADUAL BRASILEIRA

A partir dos indicadores apresentados na metodologia foram obtidos os resultados acerca da dinâmica migratória do estado de Pernambuco. Os resultados obtidos foram convertidos em tabelas. Na primeira seção serão apresentados e analisados os resultados acerca da dinâmica migratória nacional, onde se procura comparar e demonstrar como se comportou a migração pernambucana em relação às demais Unidades da Federação do país, durante três quinquênios consecutivos (1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010). Na segunda seção faz-se a análise da dinâmica migratória do estado de Pernambuco apontando para as suas especificidades.

Pernambuco no contexto do movimento migratório nacional

Os primeiros resultados analisados são acerca dos saldos migratórios interestaduais, que representa a diferença entre o volume total de imigrantes e emigrantes, obtidos a partir do quesito data fixa – que pergunta ao entrevistado sua residência há exatamente cinco anos antes do levantamento do Censo Demográfico.

Tabela 2 – Volume da Imigração (I), Emigração (E) e Saldo Migratório segundo Unidades da Federação e Grandes Regiões - Brasil – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (data fixa)

UFs e Grandes Regiões	1986/1991			1995/2000			2005/2010		
	I	E	Saldo	I	E	Saldo	I	E	Saldo
Rondônia	127.059	94.458	32.601	83.328	72.735	10.593	65.864	53.643	12.221
Acre	12.981	14.347	-1.366	13.633	16.066	-2.433	13.882	14.746	-865
Amazonas	59.364	44.291	15.073	89.624	58.653	30.971	71.451	51.301	20.150
Roraima	35.345	6.691	28.654	47.754	14.382	33.372	25.556	11.204	14.352
Pará	212.439	183.198	29.241	182.047	234.240	-52.193	162.004	201.834	-39.830
Amapá	23.641	7.149	16.492	44.581	15.114	29.467	37.028	15.228	21.800
Tocantins	82.326	71.807	10.519	95.430	82.514	12.916	85.705	77.052	8.654
NORTE	553.155	421.941	131.214	556.397	493.704	62.693	461.490	425.009	36.482
Maranhão	103.445	237.922	-134.477	100.818	274.473	-173.655	105.684	270.664	-164.980
Piauí	72.952	139.440	-66.488	88.737	140.814	-52.077	73.614	144.037	-70.423
Ceará	121.651	245.165	-123.514	162.917	186.708	-23.791	112.372	181.221	-68.849
Rio G. do Norte	75.573	76.448	-875	77.915	71.290	6.625	67.728	54.017	13.711
Paraíba	88.902	174.060	-85.158	102.008	163.489	-61.481	96.028	125.521	-29.493
Pernambuco	171.671	317.234	-145.563	164.865	280.288	-115.423	148.498	223.584	-75.086
Alagoas	60.885	112.634	-51.749	55.966	127.948	-71.982	53.589	130.306	-76.717
Sergipe	55.980	42.374	13.606	52.117	56.924	-4.807	53.039	45.144	7.895
Bahia	186.614	469.141	-282.527	250.567	518.030	-267.463	229.224	466.360	-237.135
NORDESTE	937.673	1.814.418	-876.745	1.055.910	1.819.964	-764.054	939.777	1.640.854	-701.077
Minas Gerais	371.886	479.214	-107.328	447.782	408.655	39.127	376.521	390.626	-14.105
Espírito Santo	135.422	91.299	44.123	129.169	95.169	34.000	130.820	70.120	60.700
Rio de Janeiro	253.390	294.969	-41.579	319.753	274.210	45.543	270.413	247.309	23.105
São Paulo	1.392.794	647.937	744.857	1.223.799	883.885	339.914	991.315	735.518	255.796
SUDESTE	2.153.492	1.513.419	640.073	2.120.503	1.661.919	458.583	1.769.068	1.443.572	325.496
Paraná	269.076	474.975	-205.899	297.312	336.990	-39.678	272.183	293.693	-21.510
Santa Catarina	170.304	125.077	45.227	199.651	139.665	59.986	301.341	128.888	172.452
Rio G. do Sul	114.293	138.762	-24.469	113.393	152.893	-39.500	102.613	177.263	-74.650
SUL	553.673	738.814	-185.141	610.356	629.548	-19.192	676.137	599.845	76.292
Mato G. do Sul	124.046	105.029	19.017	97.708	108.739	-11.031	98.973	80.908	18.065
Mato Grosso	226.904	118.366	108.538	166.301	123.727	42.574	143.954	121.589	22.365
Goiás	268.064	156.652	111.412	372.701	169.900	202.801	363.933	156.107	207.826
Distrito Federal	195.233	143.601	51.632	216.200	188.574	27.626	190.422	175.870	14.552
C. OESTE	814.247	523.648	290.599	852.910	590.941	261.969	797.282	534.474	262.808
TOTAL	5.012.240	5.012.240	-	5.196.076	5.196.076	-	4.643.754	4.643.754	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (IBGE)

Ao analisarmos a dinâmica migratória a partir dos fluxos interregionais, os principais resultados mostram o delineamento de algumas tendências

contemporâneas que se apresentam como a reversão de históricos padrões de períodos anteriores. As regiões Sudeste e Norte, grandes áreas de atração de mão de obra apresentaram reduções expressivas em seus saldos migratórios. Enquanto no intervalo 1986/1991, o Sudeste obteve saldo de 640.073 migrantes, entre 2005/2010 este valor reduziu para 325.496 migrantes. Por sua vez, a região Norte saiu de um volume de 131.214 migrantes no intervalo 1986/1991, para 36.482 migrantes em 2005/2010. Já a região Centro Oeste apresentou leve retração nos seus saldos migratórios, haja vista a contração dos valores de 290.599 migrantes registrados no período 1986/1991, para 262.808 migrantes entre 2005/2010.

As perdas demonstradas por estas regiões indicam que, paralelamente, outras áreas estão recuperando, em maior ou menos grau, sua capacidade de reter a população sobre o seu território. É o que se consta ao analisar as condições das regiões Sul e Nordeste. No período 1986/1991, a região Sul apresentou saldo migratório negativo de -185.141 migrantes, que fora revertido para um valor positivo de 76.292 migrantes entre 2005/2010. Já a região Nordeste, historicamente caracterizada como expulsora de mão de obra/população, apresentou contração de seus saldos migratórios negativos, que foram de -876.745 migrantes no período 1986/1991 para -701.077 migrantes no período de 2005/2010. Apesar desta região não reverter sua característica de região expulsora, tal qual a região Sul, onde tais resultados representam uma melhora na sua capacidade de reter mão de obra em seu território.

No contexto da região Nordeste, o estado de Pernambuco apresentou dinâmica bastante distinta. Caracterizado por históricas perdas populacionais, Pernambuco ainda apresenta perdas líquidas de população. No período 1986/1991, este fora juntamente com a Bahia e o Maranhão, os estados com as maiores perdas líquidas no período, sendo registrado saldo negativo de -282.527 migrantes para a Bahia, -145.563 migrantes para Pernambuco e -134.477 migrantes para o Maranhão. Contudo, seguindo a tendência apresentada pela região Nordeste, estes estados apresentam redução de seus contingentes de emigrantes ao longo dos intervalos em estudo, haja vista que a Bahia apresentou um valor negativo de -237.135 migrantes em 2005/2010, enquanto Pernambuco obteve um valor negativo de -75.086 indivíduos no intervalo 2005/2010.

Considerando as maiores economias nordestinas, a redução de Pernambuco fora o resultado mais expressivo, haja vista que entre os intervalos 1986/1991 e 2005/2010, o estado do Ceará obteve uma redução na ordem de 44,25%, e o estado da Bahia reduziu seu saldo migratório negativo em apenas 16,06% e Pernambuco reduz seus saldo negativo em

48,41%. Desta forma, os resultados iniciais apresentam uma diminuição no volume de emigrantes que saem de Pernambuco para outras regiões/UFs.

Os saldos migratórios são representativos na caracterização da dinâmica das regiões e estados, mas sozinhos não são capazes de definir o potencial de perda, rotatividade e retenção migratória. Isto porque, é necessário avaliar a relação entre o contingente de imigrantes e emigrantes e o tamanho da população local, como forma de mensurar a intensidade da dinâmica migratória. Neste sentido, é aplicado o cálculo do Índice de Eficácia Migratória e do Índice de Reposição Populacional, cujos resultados referentes aos intervalos 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 podem ser visualizados nas Tabela 3, 4 e 5.

Tabela 3 – Índice de Eficácia Migratória (IEM) e Índice de Reposição Populacional (IRP), segundo Unidades da Federação e Grandes Regiões – Brasil – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (data fixa)

UFs e Grandes Regiões	IEM			IRP		
	1986/1991	1995/2000	2005/2010	1986/1991	1995/2000	2005/2010
Rondônia	0,15	0,07	0,10	1,35	1,15	1,23
Acre	-0,05	-0,08	-0,03	0,90	0,85	0,94
Amazonas	0,15	0,21	0,16	1,34	1,53	1,39
Roraima	0,68	0,54	0,39	5,28	3,32	2,28
Pará	0,07	-0,13	-0,11	1,16	0,78	0,80
Amapá	0,54	0,49	0,42	3,31	2,95	2,43
Tocantins	0,07	0,07	0,05	1,15	1,16	1,11
NORTE	0,13	0,06	0,04	1,31	1,13	1,09
Maranhão	-0,39	-0,46	-0,44	0,43	0,37	0,39
Piauí	-0,31	-0,23	-0,32	0,52	0,63	0,51
Ceará	-0,34	-0,07	-0,23	0,50	0,87	0,62
Rio G. do Norte	-0,01	0,04	0,11	0,99	1,09	1,25
Paraíba	-0,32	-0,23	-0,13	0,51	0,62	0,77
Pernambuco	-0,30	-0,26	-0,20	0,54	0,59	0,66
Alagoas	-0,30	-0,39	-0,42	0,54	0,44	0,41
Sergipe	0,14	-0,04	0,08	1,32	0,92	1,17
Bahia	-0,43	-0,35	-0,34	0,40	0,48	0,49
NORDESTE	-0,32	-0,27	-0,27	0,52	0,58	0,57
Minas Gerais	-0,13	0,05	-0,02	0,78	1,10	0,96
Espírito Santo	0,19	0,15	0,30	1,48	1,36	1,87
Rio de Janeiro	-0,08	0,08	0,04	0,86	1,17	1,09
São Paulo	0,36	0,16	0,15	2,15	1,38	1,35
SUDESTE	0,17	0,12	0,10	1,42	1,28	1,23
Paraná	-0,28	-0,06	-0,04	0,57	0,88	0,93
Santa Catarina	0,15	0,18	0,40	1,36	1,43	2,34
Rio G. do Sul	-0,10	-0,15	-0,27	0,82	0,74	0,58
SUL	-0,14	-0,02	0,06	0,75	0,97	1,13
Mato G. do Sul	0,08	-0,05	0,10	1,18	0,90	1,22
Mato Grosso	0,31	0,15	0,08	1,92	1,34	1,18
Goiás	0,26	0,37	0,40	1,71	2,19	2,33

UFs e Grandes Regiões	IEM			IRP		
	1986/1991	1995/2000	2005/2010	1986/1991	1995/2000	2005/2010
Distrito Federal	0,15	0,07	0,04	1,36	1,15	1,08
C. OESTE	0,22	0,18	0,20	1,55	1,44	1,49
TOTAL	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (IBGE)

Os valores obtidos pelo IEM para as regiões geográficas ratificam as mudanças nos perfis migratórios regionais apontados pelos saldos migratórios. Considerando os valores mais recentes das observações, ou seja, o período de 2005/2010 (Tabela 5), constatamos que as regiões Norte, Sudeste e Sul apresentaram valores para o IEM muito próximos de zero, 0,04, -0,06 e 0,1, respectivamente; o que leva a inferir que estas regiões vem apresentando intensa atividade migratória sendo caracterizada como áreas de rotatividade.

Tabela 4 – Volume da Imigração (I) e Emigração (E) Interestadual “de” e “para” o Estado de Pernambuco, segundo Unidades da Federação e Grandes Regiões - 1986/1991 (data fixa)

UFs e Grandes Regiões	Imigrantes (I)	(%)	Emigrantes (E)	(%)	Saldo (I-E)	Índice	
						Eficácia (I-E)/(I+E)	Reposição (I/E)
Rondônia	986	0,57	1.870	0,59	-884	-0,31	0,53
Acre	98	0,06	98	0,03	-	0,00	1,00
Amazonas	966	0,56	997	0,31	-31	-0,02	0,97
Roraima	208	0,12	379	0,12	-171	-0,29	0,55
Pará	2.633	1,53	3.661	1,15	-1.028	-0,16	0,72
Amapá	101	0,06	153	0,05	-52	-0,20	0,66
Tocantins	83	0,05	1.476	0,47	-1.393	-0,89	0,06
NORTE	5.075	2,96	8.634	2,72	-3.559	-0,26	0,59
Maranhão	2.785	1,62	4.326	1,36	-1.541	-0,22	0,64
Piauí	4.442	2,59	3.570	1,13	872	0,11	1,24
Ceará	13.043	7,60	10.889	3,43	2.154	0,09	1,20
Rio G. do Norte	4.977	2,90	6.555	2,07	-1.578	-0,14	0,76
Paraíba	24.340	14,18	21.610	6,81	2.730	0,06	1,13
Alagoas	21.267	12,39	24.862	7,84	-3.595	-0,08	0,86
Sergipe	2.260	1,32	4.466	1,41	-2.206	-0,33	0,51
Bahia	18.551	10,81	25.478	8,03	-6.927	-0,16	0,73
NORDESTE	91.665	53,40	101.756	32,08	-10.091	-0,05	0,90
Minas Gerais	2.658	1,55	4.051	1,28	-1.393	-0,21	0,66
Espírito Santo	564	0,33	976	0,31	-412	-0,27	0,58
Rio de Janeiro	12.045	7,02	19.392	6,11	-7.347	-0,23	0,62
São Paulo	52.321	30,48	164.906	51,98	-112.585	-0,52	0,32
SUDESTE	67.588	39,37	189.325	59,68	-121.737	-0,47	0,36
Paraná	1.072	0,62	2.264	0,71	-1.192	-0,36	0,47

UFs e Grandes Regiões	Imigrantes (I)	(%)	Emigrantes (E)	(%)	Saldo (I-E)	Índice	
						Eficácia (I-E)/(I+E)	Reposição (I/E)
Santa Catarina	133	0,08	372	0,12	-239	-0,47	0,36
Rio G. do Sul	1.230	0,72	861	0,27	369	0,18	1,43
SUL	2.435	1,42	3.497	1,10	-1.062	-0,18	0,70
Mato G. do Sul	646	0,38	2.027	0,64	-1.381	-0,52	0,32
Mato Grosso	440	0,26	1.485	0,47	-1.045	-0,54	0,30
Goiás	1.182	0,69	3.424	1,08	-2.242	-0,49	0,35
Distrito Federal	2.640	1,54	7.086	2,23	-4.446	-0,46	0,37
C. OESTE	4.908	2,86	14.022	4,42	-9.114	-0,48	0,35
TOTAL	171.671	100,00	317.234	100,00	-145.563	-0,30	0,54

Fonte: Elaboração própria a partir dos Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (IBGE)

Por sua vez, os valores do IEM da região Centro Oeste foram próximos de 0,2, o que leva a caracterizá-la como área de atração de mão de obra/população. Em termos de Nordeste, o IEM oscilou de -0,32, em 1986/1991, para -0,27, em 2005/2010, o que permite identificá-la como área de expulsão. Os resultados do IEM da região Nordeste acabam por identificar a tendência geral apresentada pelos estados desta região, ou seja, todos apresentaram valores negativos para este indicador, permitindo caracterizá-los como áreas de expulsão – exceção feita apenas ao estado de Rio Grande do Norte e Sergipe, cujos valores de 0,11 e 0,08 os tornam estados de rotatividade migratória. Os valores obtidos pelo Pernambuco, para este indicador, ao longo dos quinquênios analisados foram respectivamente de -0,30, -0,26 e -0,20; fazendo de Pernambuco área de perda migratória. Contudo, há a tendência deste estado se converter numa área de rotatividade migratória em períodos futuros.

Tabela 5 – Volume da Imigração (I) e Emigração (E) Interestadual “de” e “para” o Estado de Pernambuco, segundo Unidades da Federação e Grandes Regiões - 1995/2000 (data fixa)

UFs e Grandes Regiões	Imigrantes (I)	(%)	Emigrantes (E)	(%)	Saldo (I-E)	Índice	
						Eficácia (I-E)/(I+E)	Reposição (I/E)
Rondônia	586	0,36	1.513	0,54	-927	-0,44	0,39
Acre	38	0,02	85	0,03	-47	-0,38	0,45
Amazonas	1.215	0,74	1.528	0,55	-313	-0,11	0,80
Roraima	217	0,13	389	0,14	-172	-0,28	0,56
Pará	2.217	1,34	3.120	1,11	-903	-0,17	0,71
Amapá	267	0,16	255	0,09	12	0,02	1,05
Tocantins	513	0,31	2.070	0,74	-1.557	-0,60	0,25
NORTE	5.053	3,06	8.960	3,20	-3.907	-0,28	0,56

UFs e Grandes Regiões	Imigrantes (I)	(%)	Emigrantes (E)	(%)	Saldo (I-E)	Índice	
						Eficácia (I-E)/(I+E)	Reposição (I/E)
Maranhão	2.068	1,25	2.583	0,92	-515	-0,11	0,80
Piauí	3.356	2,04	3.656	1,30	-300	-0,04	0,92
Ceará	8.734	5,30	11.680	4,17	-2.946	-0,14	0,75
Rio G. do Norte	4.752	2,88	7.086	2,53	-2.334	-0,20	0,67
Paraíba	18.802	11,40	21.044	7,51	-2.242	-0,06	0,89
Alagoas	18.825	11,42	17.414	6,21	1.411	0,04	1,08
Sergipe	2.015	1,22	3.289	1,17	-1.274	-0,24	0,61
Bahia	17.695	10,73	23.138	8,26	-5.443	-0,13	0,76
NORDESTE	76.247	46,25	89.890	32,07	-13.643	-0,08	0,85
Minas Gerais	3.825	2,32	5.216	1,86	-1.391	-0,15	0,73
Espírito Santo	1.195	0,72	1.321	0,47	-126	-0,05	0,90
Rio de Janeiro	10.865	6,59	22.595	8,06	-11.730	-0,35	0,48
São Paulo	58.364	35,40	131.487	46,91	-73.123	-0,39	0,44
SUDESTE	74.249	45,04	160.619	57,31	-86.370	-0,37	0,46
Paraná	1.468	0,89	2.348	0,84	-880	-0,23	0,63
Santa Catarina	571	0,35	1.123	0,40	-552	-0,33	0,51
Rio G. do Sul	1.514	0,92	1.364	0,49	150	0,05	1,11
SUL	3.553	2,16	4.835	1,73	-1.282	-0,15	0,73
Mato G. do Sul	948	0,58	1.862	0,66	-914	-0,33	0,51
Mato Grosso	904	0,55	2.445	0,87	-1.541	-0,46	0,37
Goiás	1.479	0,90	5.900	2,10	-4.421	-0,60	0,25
Distrito Federal	2.432	1,48	5.777	2,06	-3.345	-0,41	0,42
C. OESTE	5.763	3,50	15.984	5,70	-10.221	-0,47	0,36
TOTAL	164.865	100,00	280.288	100,00	-115.423	-0,26	0,59

Fonte: Elaboração própria a partir dos Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (IBGE)

Já o Índice de Reposição Populacional, dado pela razão entre o número de imigrantes pelo número de emigrantes, indica a potencialidade migratória da região/estado em repor sua população. Considerando os extremos das observações, ou seja, os quinquênios de 1986/1991 e 2005/2010, os resultados apontam que a região Norte, indo de 1,31 para 1,09, e a região Centro Oeste com 1,55 e 1,49, reduziram levemente sua capacidade de reposição da população nas últimas décadas. A mesma tendência fora observada na região Sudeste, mas a variação de 1,42 para 1,23 aponta que este efeito foi em maior intensidade nesta região geográfica. Por sua vez, as regiões Sul e Nordeste tiveram melhorias na sua capacidade de repor a população via processo migratório, sendo os números da região Sul que variou de 0,75 para 1,13, permitem dizer que esta melhora foi mais intensa nesta região quando comparado a região Nordeste, que fora de 0,52 para 0,57.

Em termos de dinâmica nordestina, novamente o Rio Grande do Norte e Sergipe apresentaram os melhores resultados para este indicador, 1,25 e 1,17, respectivamente; enquanto o Maranhão e Alagoas tiveram os piores números, 0,39 e 0,41, respectivamente. Pernambuco obteve os valores de 0,54 e 0,66, que indicam que entre 1986/1991, para aproximadamente 5 imigrantes que entravam no estado, 10 emigrantes saíam. Ao longo do tempo, esta relação foi diminuindo, e no último quinquênio para aproximadamente 7 imigrantes que entram no estado, 10 emigrantes o deixaram. Isto evidencia que Pernambuco aumentou a sua capacidade de repor população ao longo do tempo, como possível resultado da ampliação do seu dinamismo econômico.

Diante dessa recente tendência migratória, a seção a seguir fará uma análise específica acerca da dinâmica migratória interestadual do estado de Pernambuco, enfatizando a origem e o destino dos fluxos migratórios apresentados por este estado, procurando saber, principalmente, de onde procedem e para onde se dirigem os migrantes desta Unidade da Federação.

Os fluxos migratórios interestaduais com origem e destino a Pernambuco

Uma vez verificado a capacidade de perda, retenção e atração de migrantes, além da reposição populacional e importância do saldo migratório no crescimento da população residente no estado de Pernambuco, faz-se necessário identificar o destino e a origem dos migrantes que adentraram e saíram dessa Unidade da Federação ao longo do período analisado. Esta análise é fundamental para a compreensão do papel que o estado de Pernambuco exerce sobre a dinâmica migratória nacional, bem como compreender os vínculos que tal estado mantém com os demais estados da Federação no que diz respeito aos saldos migratórios. Além disso, será possível estabelecer a origem dos imigrantes, bem com o destino dos emigrantes, e seus graus de participação na composição dos fluxos migratórios do estado de Pernambuco.

Tabela 6 – Volume da Imigração (I) e Emigração (E) Interestadual “de” e “para” o Estado de Pernambuco, segundo Unidades da Federação e Grandes Regiões - 2005/2010 (data fixa)

UFs e Grandes Regiões	Imigrantes (I)	(%)	Emigrantes (E)	(%)	Saldo (I-E)	Índice	
						Eficácia (I-E)/(I+E)	Reposição (I/E)
Rondônia	694	0,47	805	0,36	-111	-0,07	0,86
Acre	149	0,10	169	0,08	-20	-0,06	0,88
Amazonas	1.309	0,88	1.881	0,84	-572	-0,18	0,70
Roraima	271	0,18	672	0,30	-401	-0,43	0,40
Pará	2.323	1,56	2.800	1,25	-477	-0,09	0,83

UFs e Grandes Regiões	Imigrantes (I)	(%)	Emigrantes (E)	(%)	Saldo (I-E)	Índice	
						Eficácia (I-E)/(I+E)	Reposição (I/E)
Amapá	191	0,13	182	0,08	9	0,03	1,05
Tocantins	626	0,42	1.225	0,55	-599	-0,32	0,51
NORTE	5.562	3,75	7.732	3,46	-2.170	-0,16	0,72
Maranhão	2.019	1,36	2.674	1,20	-655	-0,14	0,76
Piauí	4.265	2,87	2.972	1,33	1.294	0,18	1,44
Ceará	9.368	6,31	10.124	4,53	-755	-0,04	0,93
Rio G. do Norte	3.343	2,25	7.024	3,14	-3.681	-0,36	0,48
Paraíba	17.483	11,77	22.025	9,85	-4.541	-0,11	0,79
Alagoas	15.542	10,47	15.777	7,06	-235	-0,01	0,99
Sergipe	1.249	0,84	3.111	1,39	-1.862	-0,43	0,40
Bahia	18.165	12,23	17.872	7,99	293	0,01	1,02
NORDESTE	71.436	48,11	81.579	36,49	-10.143	-0,07	0,88
Minas Gerais	3.557	2,40	7.755	3,47	-4.197	-0,37	0,46
Espírito Santo	621	0,42	1.301	0,58	-680	-0,35	0,48
Rio de Janeiro	9.802	6,60	14.717	6,58	-4.915	-0,20	0,67
São Paulo	47.977	32,31	87.462	39,12	-39.486	-0,29	0,55
SUDESTE	61.957	41,72	111.235	49,75	-49.278	-0,28	0,56
Paraná	1.142	0,77	2.945	1,32	-1.804	-0,44	0,39
Santa Catarina	1.053	0,71	3.489	1,56	-2.436	-0,54	0,30
Rio G. do Sul	1.751	1,18	1.232	0,55	518	0,17	1,42
SUL	3.945	2,66	7.666	3,43	-3.721	-0,32	0,51
Mato G. do Sul	490	0,33	2.319	1,04	-1.829	-0,65	0,21
Mato Grosso	838	0,56	3.767	1,68	-2.930	-0,64	0,22
Goiás	1.394	0,94	5.719	2,56	-4.325	-0,61	0,24
Distrito Federal	2.876	1,94	3.567	1,60	-691	-0,11	0,81
C. OESTE	5.598	3,77	15.372	6,88	-9.775	-0,47	0,36
TOTAL	148.498	100,00	223.584	100,00	-75.086	-0,20	0,66

Fonte: Elaboração própria a partir dos Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (IBGE)

Em termos regionais, os dados mostram que as regiões Nordeste e Sudeste são os principais polos de origem dos imigrantes que adentraram o estado de Pernambuco no período recente. No primeiro quinquênio analisado, estas regiões responderam por 53,40% e 39,37% dos imigrantes, respectivamente. Os números relativos a estas regiões mantiveram-se expressivos ao longo da análise, haja vista que no quinquênio 1995/2000, estes valores foram de 46,25% e 45,04%; e em 2005/2010 foram de 48,11% e 41,72%, respectivamente.

Em nível estadual, constatou-se que o principal polo de imigração destinado a Pernambuco foi o estado de São Paulo, pois no período 19986/1991, 30,48% dos imigrantes eram procedentes deste estado.

Este patamar se manteve ao longo dos períodos averiguados, sendo que as imigrações provenientes de São Paulo responderam por 35,4% das entradas em Pernambuco em 1995/2000, e por 32,31% em 2005/2010.

Contudo, outros estados também mostraram-se importantes no contexto migratório de Pernambuco. No quinquênio 1986/1991, 10,81% das imigrações pernambucanas tiveram como polo de origem o estado da Bahia, 14,18% vieram da Paraíba e 12,39% partiram de Alagoas. Combinados, estes estados representaram 37,38% das imigrações destinadas a Pernambuco. Os percentuais de contribuição da Bahia, Paraíba e Alagoas permaneceram expressivos nos demais períodos analisados, haja vista que em 1995/2000 eles foram de 10,73%, 11,9% e 11,42%; enquanto que no período 2005/2010 estas valores foram de 12,23%, 11,77% e 10,46%, respectivamente. Desta forma, estes estados explicaram 34,05% das imigrações em 1995/2000, e 34,47% em 2005/2010. Considerando a participação do estado de São Paulo, os quatro estados juntos representaram, em 2005/2010, 66,78% das imigrações de Pernambuco.

No tocante as emigrações, os resultados obtidos indicaram que os principais destinos daquelas que saíram de Pernambuco foram praticamente os mesmos locais apontados como polos de origem de imigrantes. Considerando os três quinquênios analisados, os polos regionais de destino escolhido pelos pernambucanos foram as regiões Nordeste e Sudeste, que receberam 32,68% e 59,68% dos emigrantes em 1986/1991; 32,07% e 57,31% em 1995/2000 e 36,49% e 49,75% em 2005/2010, respectivamente. Os números obtidos ressaltam a supremacia da região Sudeste no contexto das emigrações pernambucanas. Tal representatividade desta região acaba se revertendo no contexto estadual, onde o estado de São Paulo assume a primazia na escolha dos egressos pernambucanos. Nos períodos analisados, emigraram de Pernambuco para São Paulo, 51,98% em 1986/1991, 46,91% em 1995/2000 e 39,12% em 2005/2010. Apesar da redução dos valores apresentada ao longo dos períodos, São Paulo mostrou-se como o principal polo de destino dos emigrantes de Pernambuco. Contudo, também merece destaque as emigrações para a Bahia, Paraíba, Alagoas e o Rio de Janeiro como polos de destino de relativo significado à explicação destas emigrações. No quinquênio 1986/1991, estes quatro estados foram os destino escolhido por 28,79% dos egressos, sendo 8,06% indo para a Bahia, 7,84% para Alagoas, 6,81% para a Paraíba e 6,11% para o Rio de Janeiro. Com o passar do tempo, constatou-se que tal grupo ampliou sua representatividade na explicação das emigrações de Pernambuco, haja vista que o somatório deles perfez um total de 31,48% em 2005/2010; sendo

que 7,99% se dirigiram para a Bahia, 9,85% para a Paraíba, 7,06% com direção a Alagoas e 6,58% escolheram o Rio de Janeiro como destino. Os valores obtidos nos mostram relativo decréscimo na escolha por São Paulo em detrimento a outros estados. Ao analisar o somatório dos cinco estados constatou-se que eles, apesar de expressivos, reduziram seus percentuais ao longo do tempo. No quinquênio 1986/1991 eles foram o destino de 80,77% dos egressos, ao passo que 2005/2010 este valor se reduziu para 70,60%.

No tocante ao Índice de Eficácia Migratória (IEM⁷), esse indicador mostra que ainda é grande a capacidade de perda populacional de Pernambuco. Em todos os períodos, as maiores perdas relativas foram registradas para as regiões Sudeste e Centro Oeste, sendo que no último intervalo, as perdas para a região Sul são maiores quando comparado ao Sudeste. Já o Índice de Reposição Populacional (IRP), que mostra a capacidade do estado de Pernambuco em repor a sua população em função do seu total de imigrantes sobre o total de emigrantes (I/E), mostrou que os melhores índices de reposição são obtidos junto à região Nordeste, com uma relação mínima de 8 entradas para cada 10 pessoas que partiram; seguido pela região Sul, com uma razão média de 7 entradas para cada 10 saídas. A exceção desta tendência com a região Sul ocorre em 2005/2010, onde cai a razão de 5 para 10, ao passo que eleva-se a relação com a região Norte – com exatamente as mesmas 7 entradas para cada 10 saídas registradas pela região Sul em períodos anteriores.

As análises realizadas identificaram que o estado de Pernambuco realizou trocas de contingentes populacionais com praticamente os mesmos estados, tanto no âmbito de imigrantes quanto no escopo de emigrantes. Sendo assim, abre-se a possibilidade de que os indivíduos que saíram do estado em períodos passados, possam estar regressando à Pernambuco (Tabela 7).

Tabela 7 – Migrante de retorno e participação relativa no total de imigrantes segundo Unidades da Federação e Grandes Regiões – Pernambuco – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (data fixa)

UFs e Grandes Regiões	Imigrante de Retorno			Participação relativa no total de imigrantes (%)		
	1986/1991	1995/2000	2005/2010	1986/1991	1995/2000	2005/2010
Rondônia	384	197	130	0,22	0,12	0,09
Acre	49	11	68	0,03	0,01	0,05
Amazonas	328	419	504	0,19	0,25	0,34
Roraima	157	71	73	0,09	0,04	0,05
Pará	1.481	744	675	0,86	0,45	0,45

7. Para maiores detalhes sobre esse índice, veja a seção metodológica.

UFs e Grandes Regiões	Imigrante de Retorno			Participação relativa no total de imigrantes (%)		
	1986/1991	1995/2000	2005/2010	1986/1991	1995/2000	2005/2010
Amapá	38	90	68	0,02	0,05	0,05
Tocantins	33	358	200	0,02	0,22	0,13
NORTE	2.469	1.888	1.717	1,44	1,15	1,16
Maranhão	950	805	543	0,55	0,49	0,37
Piauí	822	754	739	0,48	0,46	0,50
Ceará	2.257	2.304	2.267	1,31	1,40	1,53
Rio G. do Norte	1.543	1.431	755	0,90	0,87	0,51
Paraíba	5.315	4.937	4.363	3,10	2,99	2,94
Alagoas	7.783	5.878	4.322	4,53	3,57	2,91
Sergipe	1.214	777	425	0,71	0,47	0,29
Bahia	7.911	7.133	5.561	4,61	4,33	3,74
NORDESTE	27.794	24.020	18.975	16,19	14,57	12,78
Minas Gerais	903	1.592	899	0,53	0,97	0,61
Espírito Santo	182	677	196	0,11	0,41	0,13
Rio de Janeiro	5.678	5.177	3.733	3,31	3,14	2,51
São Paulo	33.280	36.222	24.644	19,39	21,97	16,60
SUDESTE	40.043	43.668	29.472	23,33	26,49	19,85
Paraná	443	582	427	0,26	0,35	0,29
Santa Catarina	36	284	271	0,02	0,17	0,18
Rio G. do Sul	248	324	304	0,14	0,20	0,20
SUL	727	1.189	1.002	0,42	0,72	0,67
Mato G. do Sul	499	362	290	0,29	0,22	0,20
Mato Grosso	136	466	369	0,08	0,28	0,25
Goiás	596	745	730	0,35	0,45	0,49
Distrito Federal	1.289	1.217	1.494	0,75	0,74	1,01
C. OESTE	2.519	2.789	2.883	1,47	1,69	1,94
TOTAL	73.553	73.554	54.049	42,85	44,61	36,40

Fonte: Elaboração própria a partir dos Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (IBGE)

Na tentativa de verificar esta hipótese, foi feito um levantamento acerca da dinâmica migratória, considerando apenas os indivíduos declaradamente retornados, cujos resultados agregados estão dispostos na Tabela 7. No que tange aos retornados inter-regionais, no quinquênio 1986/1991, 16,19% dos regressados vieram da região Nordeste e 23,33% dos oriundos da região Sudeste. Já no período de 2005/2010, 12,78% dos retornados eram procedentes do Nordeste e 19,85% do Sudeste.

Seguindo as tendências constadas anteriormente, o elevado patamar de representatividade da região Sudeste se reverteu também em nível estadual, com o estado de São Paulo sendo o principal ponto de partida dos retornados à Pernambuco. As observações de 1986/1991 mostram que 19,39% dos imigrantes que adentraram o estado de Pernambuco eram retornados de São Paulo, ao passo que, em 2005/2010, reduz para 16,6%. Apesar da redução dos valores ao longo do tempo, São Paulo

mostra-se como principal origem dos retornados que regressaram a Pernambuco.

Como polos de retornados secundários contatou-se que eram os mesmos estados que foram averiguados como os principais estados de destinos dos emigrantes saídos de Pernambuco, ou seja, Bahia, Paraíba, Alagoas e Rio de Janeiro. No período de 1986\1991, estes estados juntos responderam por 15,55% das imigrações de retorno para o estado de Pernambuco, enquanto no período de 2005/2010 este percentual foi de 12,15%; sendo que neste último período observado a Bahia respondeu por 2,74% do total de imigrantes retornados, a Paraíba respondeu por 2,94%, Alagoas explicou 2,91% e o Rio de Janeiro representou 2,51% dos retornados. Desta forma, pode-se inferir que o estado de Pernambuco vem, aos poucos, resgatando parte dos contingentes populacionais perdidos em períodos anteriores pelo advento das emigrações. Tal hipótese torna-se presente quando se constata que as mesmas áreas que atraíram expressivos números de pernambucanos em períodos passados, agora os cedem de volta ao seu estado natal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conjuntura contemporânea da economia brasileira tem proporcionado a manifestação de diversas tentativas de desenvolvimento local patrocinados pelos governos estaduais como forma de elevar sua capacidade de gerar produto e renda. Neste sentido, vários estados, como o Pernambuco, lançaram mão de iniciativas próprias que permitam ampliar os produtos internos de seus territórios. Ao apresentar um desenvolvimento econômico mais proeminente, estes estados acabam afetando a decisão dos indivíduos de deixar ou não o seu estado ou região atual/nascimento. Dentro deste princípio, o objetivo desse estudo foi analisar a dinâmica migratória do estado de Pernambuco considerando os seus fluxos migratórios inter-regionais e interestaduais de origem e destino entre 1986 e 2010. Desta forma, pretendeu-se evidenciar as principais tendências e características migratórias deste estado.

Tendo como pano de fundo a dinâmica econômica pernambucana, no tempo e espaço, esse estudo apontou que, desde os anos 1980, Pernambuco consolida-se como uma economia urbana centrada nas atividades de serviços e comércio, o que remete ao alto grau de urbanização da população. Esta propriedade vem permitindo o arrefecimento das saídas da população estadual, bem como o aumento do poder de atração de imigrantes provenientes de outras regiões/estados.

Em termos migratórios destacou-se que Pernambuco ainda possui grandes perdas líquidas de população. Contudo, ao longo dos três quinquênios em estudo, tais perdas estão sendo amenizadas pela contingente cada vez maior de imigrantes que adentram o estado, implicando no decréscimo expressivo nos seus saldos migratórios negativos ao longo das décadas. Em termos percentuais e absolutos, os maiores valores referentes às imigrações e emigrações são relacionados às regiões Nordeste e Sudeste; enquanto que em nível estadual o maior índice de trocas populacionais fora registrado com os estados da Bahia, Paraíba, Alagoas e o Rio de Janeiro – sendo este último caracterizado exclusivamente como polo de destino. Dada a melhora na dinâmica da economia pernambucana, tais relações acabaram por promover um fluxo de imigrantes de retorno relativamente importante nas últimas décadas, advindos especialmente do estado de São Paulo, Bahia, Paraíba, Alagoas e Rio de Janeiro.

Ademais, o Índice de Eficácia Migratória mostra que, na atualidade, de fato, o estado de Pernambuco ainda perde população para praticamente todos os estados do país, mas com o volume menos intenso em relação aos intervalos 1986/1991 e 1995/2000. Já o Índice de Reposição Populacional evidencia que, paulatinamente, a cada quinquênio, Pernambuco está conseguindo repor as suas perdas populacionais.

Em resumo, esses resultados aludem para a validade e importância do binômio crescimento econômico-migração, industrialização-migração e emprego-migração. Isto porque, a partir do momento que o estado de Pernambuco expande suas atividades urbanas, convergindo com a dinâmica da economia nacional, essa área começou a apontar para uma nova tendência na sua dinâmica migratória, a partir do declínio no volume do seu saldo migratório negativo, que não se reverteu para positivo, mas ameniza uma tendência histórica de intenso êxodo populacional e saídas expressivas de contingentes humanos rumo à outros destinos, em especial o estado de São Paulo.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Eduardo Carlos Pessoa de. (2003). **PROPEDE – incentivo fiscal do estado de Pernambuco: avaliação dos controles para acompanhamento das atividades incentivadas**. 2003. 149 p. Dissertação (Mestrado profissionalizante em economia) Departamento de economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- BAENINGER, R. (1999). **Região, Metrôpole e Interior: Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores nas Migrações Recentes**. Brasil, 1980-1996. Tese de Doutorado. IFCH/UNICAMP.

_____. (1998). A nova configuração urbana no Brasil: desaceleração metropolitana e redistribuição da população. In: **XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Caxambu: ABEP.

_____. (2012). Migrações internas no Brasil no século 21: entre o local e o global. In: **XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2012**, Águas de Lindóia – SP. Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP.

BRITO, F. (2006). **O deslocamento das populações brasileiras para as metrópoles**. Estudos Avançados, v. 57, p. 221-236.

BRITO, F.; SOUZA, J. (2006). Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **Revista Perspectiva**, Fundação Seade, jan.

CAMPOS, Luís Henrique Romani de. (2004). **O Processo de Aglomeração Produtiva em Pernambuco**. 2004. 165 p. Tese de Doutorado em Economia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

CARVALHO, J. A. M. de; RIGOTTI, J. I. R. (1998). Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 7-16.

FURTADO, C. M. (2012). **O Brasil pós -“Milagre”**. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1981.

FUSCO, Wilson. **Regiões metropolitanas do Nordeste: origens, destinos e retornos de migrantes**. REMHU (Brasília), v. XX, p. 101-116, jul./dez.

GOMES, G. M.; VERGOLINO J. R. O. (1995). **A macroeconomia do desenvolvimento nordestino: 1960/1994**. (Texto para discussão N° 372); IPEA.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. (1989). **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife, Fundaj/Massangana.

IPEADATA. **Contas Nacionais em nível regional**. Acesso em: 12/05/2014. Disponível em: www.ipeadata.gov.br.

JUSTO, W. R.; SILVEIRA NETO, R. M. (2008). Quem são e para onde vão os Migrantes no Brasil? O Perfil do Migrante Interno Brasileiro. In: **XXXVI Encontro Nacional de Economia, 2008**, Salvador. Anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia.

JUSTO, W.R.; FERREIRA, R. A. (2012). Migração interestadual no Brasil: perfil do retornando – evidências para o período de 1998-2008. In: **XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2012**, Lindóia. Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais.

LEROY, F. L. D; SANTOS, J. M. (2008). Será possível um crescimento regional independente? Uma abordagem utilizando vetores auto-regressivos. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 39, p. 395-410.

LIMA, S. S; SANTOS, J. M; SILVA, A. S; ALMEIDA, R. S. (2010). Desenvolvimento regional sob o prisma dos incentivos fiscais e de crédito: o caso dos estados do Ceará, Bahia e Pernambuco. In: **V SOBER NORDESTE, 2010**, Crato. Anais do V SOBER Nordeste.

- MARTINE, G. (1994). **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Rio de Janeiro: IPEA/DIPES, texto para discussão n. 329, jan.
- MATOS, R. E. S. A. (2002). Contribuição dos imigrantes em áreas de desconcentração demográfica do Brasil contemporâneo. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v.19, n.1, p.49-72.
- PACHECO, C. A.; PATARRA, N. L. (1997). Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: **Migrações, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993**. Campinas: UNICAMP/IE, p.25-52.
- QUEIROZ, S. N; de SANTOS, J. M. (2011). Saldos migratórios: Uma análise por estados e regiões do Brasil (1986-2006). *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 42, p. 309-332.
- SANTOS, J. M; JUSTO, W. R. (2013). Avaliação do Perfil do Emprego Urbano na Região Nordeste: 1990 - 2010. In: **II Encontro Pernambucano de Economia, 2013, Recife**. Anais do II Encontro Pernambucano de Economia.
- VASCONCELOS, José Romeu de, VERGOLINO, José Raimundo. (1999). **Pernambuco: Economia, Finanças Públicas e Investimentos nos Anos de 1985 a 1996** – Brasília: IPEA: Texto para Discussão n° 628, fevereiro.

